

AULA 4. A QUESTÃO PATRIARCAL E O ESTADO BRASILEIRO

Profa. Marlise Matos (DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública

nepeM
núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher
UFMG

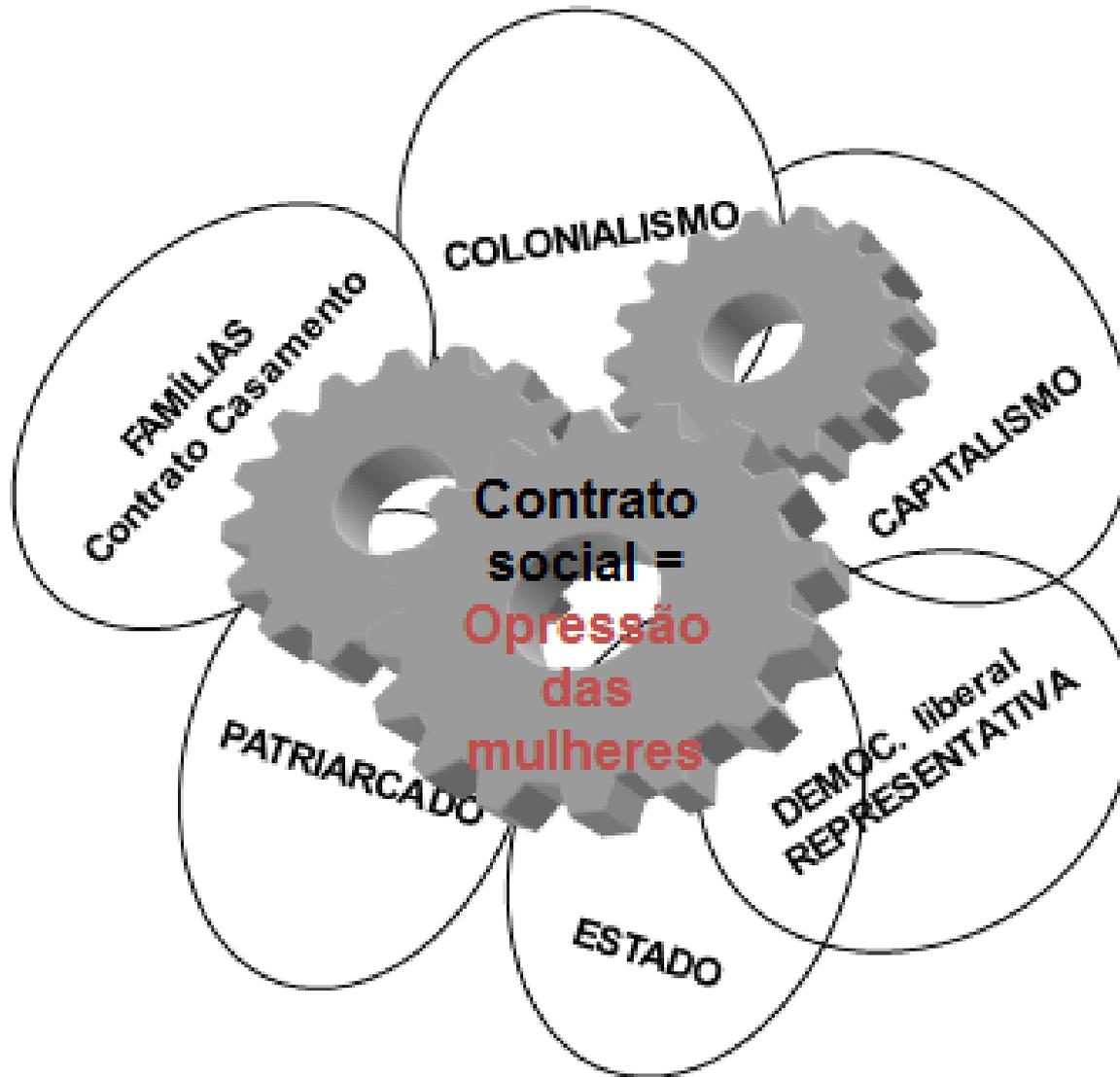
30
anos

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Esta apresentação se subdivide em 2 grandes partes:

- 1) Dinâmicas sócio-histórico-políticas de patriarcalização do Estado brasileiro;**
- 2) Desafios e continuidade da luta.**

Figura 1: Elementos centrais da opressão de gênero e racial no Brasil



O PATRIARCADO ESTÁ ENRAIZADO NO ESTADO BRASILEIRO – dinâmicas histórico-teórico-políticas

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública

nepem
núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher
UFMG

30
anos

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Oliveira Vianna – Populações Meridionais do Brasil (1920) + Evolução do Povo Brasileiro (1923)

Gilberto Freyre – Casa Grande e Senzala (1933)

Sergio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil (1936)

Raimundo Faoro – Os Donos do Poder (1958)

Antonio Candido – Os parceiros do Rio Bonito (1964)

Silvio Romero – A filosofia no Brasil: ensaio crítico (1978)

ONDE ESTÃO AS MULHERES NO PENSAMENTO BRASILEIRO ???????

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública

nepem
núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher
UFMG

30
anos

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O Pensamento Social Brasileiro é pouquíssimo representado por mulheres em sua literatura. Como tema de discussões também. Precisamos falar mais sobre o assunto.

MARIA LACERDA DE MOURA

NÍSIA FLORESTA AUGUSTA

MARIA FIRMINA DOS REIS

CAROLINA DE JESUS

OLGA BENÁRIO PRESTES

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

ENTRE OUTRAS MUITAS...

Sugestão :

<https://admbrasileira.wordpress.com/2016/04/27/sobre-2/> “Projeto Mulheres”

Administração

<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/mariabeatriz> “A Cor da Cultura”

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Raimundo Faoro (segundo a interpretação de Neuma Aguiar, 2002), é a figura central nesse debate:

- foi ele um dos primeiros pensadores brasileiros a argumentar que o patriarcado brasileiro cedeu lugar a um Estado Patrimonialista, observando que, ao contrário de vários países de origem anglo-saxã e sistema liberal de governo, o modelo de organização política, seguido pelo Brasil, se pauta pela dominação do público sobre o privado.

Faoro se rebela contra o argumento de que uma das principais instituições sociais brasileiras, independentes do Estado, é a família, conforme as interpretações de Silvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, entre outros.

Esses últimos vinham analisando o patriarcado como uma herança do sistema escravista.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Segundo Aguiar, na literatura liberal anglo-saxã, o rompimento com a analogia entre sistema familiar e sistema de governo, em moldes patriarcais, ocorreria com a proposta de uma nova interpretação do sistema político, baseada na capacidade de uso da razão dos cidadãos adultos que se organizam e negociam suas demandas públicas.

Essa “nova teoria política” recusaria os princípios absolutistas de poder das monarquias tradicionais, construindo, alternativamente, a ideia de uma sociedade civil que se governa a si própria, sem a tutela de um patriarca.

Com essa recusa da analogia entre família e poder político, a esfera pública se distinguiria da privada.

MAS COMO VIMOS A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DE CAROLE PATEMAN: não foi isso que aconteceu, de fato!

O patriarcado, como visto, é um sistema de poder análogo ao escravismo: e seria urgente compreender como o mesmo pode gerar uma série de demandas normativas críticas de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do mesmo (alcançando o próprio Estado).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

No caso brasileiro, Faoro argumenta que o estamento burocrático gerou SIM legislação sobre a esfera privada.

Porém, essa perspectiva não explica os casos de dominação arbitrária no interior da esfera familiar, como a obrigatoriedade, da parte das mulheres, de manter relações sexuais com os maridos, decorrentes de uma obrigação de atender aos desejos masculinos, independentemente das circunstâncias, e de sua própria vontade.

A violência contra mulheres e a impunidade, como legítima defesa da honra masculina, consiste em outra indicação de relações patriarcais.

Tais situações de arbítrio de poder na família foram amplamente documentadas pelo pensamento social brasileiro.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Segundo Aguiar foram 5 as perspectivas sobre o patriarcado que foram desenvolvidas pelo pensamento social brasileiro. Ela ainda destaca a importância dessa analítica sócio histórica também para a análise das relações de poder que **NÃO** ficaram completamente fora do alcance do Estado no Brasil. São elas:

- **1. Silvio Romero** e sua uma tipologia para classificar as famílias brasileiras em quatro categorias analíticas: patriarcal, quasi-patriarcal, tronco e instável;
- **2. Oliveira Vianna** que analisou os clãs patriarcais como sendo constituídos por uma família estendida, incluindo parentes consanguíneos, por afinidade civil, religiosa e por adoção, chefiada por um patriarca – um grande proprietário de terras – circundado por uma massa de aparentados, e/ou de outros dependentes sem laços de parentesco;

- Vianna é criticado por Faoro ao conceder demasiada ênfase à autonomia e à prosperidade da ordem privada do latifúndio, em detrimento de um exame do papel do Estado Nacional no sistema de poder. Porém, segundo Aguiar esta crítica não seria procedente para o conjunto da obra de Vianna, pois o mesmo debateu sim sobre o lugar da monarquia no jogo político dos clãs patriarcais e das propostas normativas subsequentes que desenvolve sobre o corporativismo.

Os dois autores divergem exatamente quanto ao lugar do Estado centralizador no desenvolvimento nacional.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- **3. Gilberto Freyre:** Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão.

A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava.

- **4. Antônio Cândido**
- **5. Sergio Buarque de Holanda**

Figura 2: Síntese dos elementos centrais de construção do Estado Patriarcal no Brasil (Fase 1 Colonização)

BRASIL COLÔNIA



Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

O PATRIMONIALISMO

baseado em privilégios, as alianças familiares que se constituem por meio de casamentos e uniões, fazem parte do processo político de manutenção desses benefícios (Adams, 1994).

O patrimonialismo é uma transformação do patriarcado pelo processo de diferenciação, que se constrói a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários burocrático-estamentais.

O patrimonialismo se caracteriza pela subordinação dos funcionários despossuídos ao senhor. A relação é semelhante à de escravidão, também assemelhada por Weber à devoção familiar. Foi a associação entre patrimonialismo e escravidão que levou Buarque de Holanda a aplicar o conceito com relação ao Brasil e a destacar a abolição da escravatura como um dos principais fatores explicativos do processo de mudança na sociedade brasileira. O autor também enumera que o ingresso em uma nova ordem urbana dilui a formação rural que lhe antecede. Holanda adota assim a postura de que o processo de diferenciação segundo o eixo urbano/rural explica a transformação do patriarcado.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Como na visão weberiana o sistema jurídico vai se destacando e diferenciando do arbítrio do pai-de-família, resta uma questão não discutida por Faoro. Com a nova ordem patrimonial, como o conjunto de normas jurídicas repercute no interior do espaço doméstico, quem julga os conflitos: o pai ou o juiz patrimonialmente designado? Como se dá a interação entre esses corpos intermediários de poder e a família? Que tipos de casos jurídicos emergem? Como são avaliados e implementados? Pela análise de Faoro, uma vez que o patrimonialismo se estabelece parece que não apenas a sociedade civil se lhe atrela, mas a sociedade dele, também, fica cativa. Pela equação sociedade civil/sociedade, esta última deixa de ser objeto de interesse analítico e as formas de organização da vida social desaparecem, obscurecidas pelo único interesse analítico no âmbito do Estado. O problema teórico refere-se a como essa dependência do contexto doméstico do Estado afeta o grau de arbítrio do chefe-do-domicílio, até então preponderante na família. Como as regras codificadas a partir da tradição se impõem na vida cotidiana, regulando, por exemplo, a violência doméstica. Sabese que no patriarcado, o pai-de-família detém prerrogativas de vida e morte sobre os familiares. Como fica esse poder ante o patrimonialismo? Como o poder público patrimonial, enunciando uma questão exemplar, se debruça sobre a escravidão?

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

No caso brasileiro, a teoria do patriarcado tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam a emergência do sistema capitalista. Como relação de poder, teóricos do liberalismo desenvolvem esta perspectiva para discutir formas alternativas de resolução de conflitos e de desenvolvimento do processo decisório na relação entre Estado e Sociedade Civil. A família patriarcal e o modelo de relações políticas derivado da família estão no cerne dessa questão.

Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Heleieth Saffiotti, traçam, então, um eixo de interpretação da sociedade brasileira com grande impacto, tomando a sociedade escravista do tempo do Império, como ponto de partida histórico, classificando-a simultaneamente como escravocrata e senhorial.

eles observam que o Estamento burocrático no estado Patrimonial possui uma relação distinta da escravidão clássica para com a coroa. Algumas das funções estamentais são efetuadas pela escravidão que se superpõe, na visão de Fernandes, à sociedade senhorial. A escravidão é distinta da que serviu de base para que Weber analisasse as suas bases jurídicas. Os escravos não são um botim de guerra, mas constituem uma mercadoria. Portanto, ao Estado Patrimonial se sobrepõe a sociedade de classes.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A partir do século XIX, indica Saffioti, estaria consolidado o poder dos chefes de parentela, levando o Estado patrimonial a se assentar muito mais num tipo de patrimonialismo patriarcal do que em um patrimonialismo estamental.

Essa forma de organização de poder, em visão totalmente oposta à de Faoro, se apresenta com alto grau de compatibilidade com o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a exploração lucrativa da propriedade territorial levaria a um processo de acumulação que se tornaria incompatível com a estrutura da sociedade colonial de caráter estamental. Florestan todavia aponta que as várias burguesias que se formam em torno da plantação e das cidades já nascem débeis.

Em lugar de forjarem instituições próprias, elas procuram exercer pressão e influência sobre o Estado, formando o que o autor denomina de consolidação conservadora. Esta é o resultado da moldagem da mentalidade burguesa pelas oligarquias tradicionais. Dessa forma, as velhas estruturas se vêem restauradas.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Saffioti ao desenvolver o tema do patrimonialismo patriarcal, toma dois eixos de análise:

- (1) a situação das mulheres brancas e das negras, no sistema senhorial, bem como a transformação que ocorre em sua posição decorrente da abolição da escravidão;
- (2) o processo de diferenciação, segundo os eixos: urbano/industrial e nordeste/sul, quando aquela autora atenta para o lugar que o sistema de educação nele detém.

A reclusão doméstica se abrandava com o ambiente das cidades, embora as mulheres brancas fiquem à margem do movimento abolicionista. No meio rural, persistem os códigos de comportamento da sociedade patriarcal com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico. Porém, entre a desorganização da família estendida e o predomínio da família nuclear encontra-se ampla gama de experiências. A prepotência do pai-de-família vai dando lugar à função econômica de provedor.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Embora Saffioti reafirme a importância do processo de urbanização na diluição do patriarcado, sua análise apresenta uma grande novidade.

A industrialização que emerge com a ordem capitalista resulta no aumento das disparidades sociais entre homens e mulheres.

Maria Valéria Junho Pena aponta que Saffioti neste caso sofre a influência de Engels. Quando a propriedade privada se sobrepõe, a monogamia e o direito paterno também passam a predominar, aumentando as disparidades sociais entre homens e mulheres.

Quando o patriarcado é compreendido como uma dimensão do sistema capitalista, diz-se que o enfoque é dual. Saffioti, da mesma forma que Fernandes, situa o patriarcado como um antecedente do capitalismo, procurando efetuar um enfoque histórico e assim evitar o dualismo.

Assim, para Saffioti, não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. Saffioti (2004) destaca que, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

As formas de dominação patriarcal, no entanto, se alteram no decorrer da história aponta Walby (1990). Cabe portanto analisar como o patriarcado agrário e escravista se transforma, resultando em novas formas de dominação patriarcal ante a presença de um capitalismo privado, em sua forma econômica clássica, sob a dominância estatal. Em qualquer dessas modalidades, ocorre um processo de diferenciação que hipoteticamente resulta na criação de um estamento que se interporia entre a autoridade do mandatário e a posição dos demais membros da sociedade. Observe-se, outrossim, que a proposição de que o capitalismo gera uma nova forma de patriarcado.

Os laços de dependência na esfera doméstica se acentuam com o desenvolvimento do capitalismo e/ou do Estado e da burocracia estamental.

O duplo enfoque analítico do público e do privado, do âmbito doméstico e do trabalho remunerado, pode explicar como o desenvolvimento da racionalidade societária no contexto do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não resulta na superação do patriarcado.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

De acordo com Durhan (2004), a industrialização e o surgimento do capitalismo separaram radicalmente a produção da reprodução, em duas esferas distintas. Criou-se, assim, uma forma específica de isolamento feminino no espaço doméstico. Porém, para a autora, o capitalismo não excluiu a mulher da esfera pública.

O que ocorreu foi a inclusão simultânea do sexo feminino nas duas esferas, a pública e a privada. Surge, assim, a grande contradição da condição feminina: “a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução.” (2004, p.346).

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Jeni Vaitsman (1994) examina criticamente o sistema de classificação das famílias que as diferencia entre patriarcal ou extensa e nuclear ou burguesa, apontando que a família burguesa, de fato, é uma família patriarcal.

Com a separação entre casa e trabalho, inaugura-se a divisão do sexual e do trabalho, com especialização das funções de provisão da casa e de cuidados com os filhos.

O processo de modernização brasileiro, portanto, inaugura uma nova modalidade de patriarcado. A concepção de uma família patriarcal burguesa, portanto, permite explicar porque o desenvolvimento capitalista e a industrialização geram iniquidades de gênero.

Transformações sociais em ampla escala, incluindo-se nestas o processo de urbanização, têm sido apontadas como responsáveis pela criação de novos conceitos de intimidade e de esfera doméstica. Todavia, a divisão sexual também é recurso de sustentação de hierarquia no contexto privado.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

Se mesmo nas sociedades onde o público se destaca do privado as relações de gênero continuam patriarcais, no âmbito das sociedades patrimoniais a intimidade entre público e privado não resultou em uma maior participação política ou econômica das mulheres nessa esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal.

As assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres com o desenvolvimento da Ciência e do Sistema Jurídico podem ser transformadas historicamente, mas a análise do patriarcalismo no Brasil e em outros contextos pode documentar os obstáculos e avanços no desenvolvimento da sociedade.

Figura 3: Síntese dos elementos centrais de construção do Estado Patriarcal no Brasil (Fase 2 Patrimonialismo e Modernização Conservadora)

BRASIL REPÚBLICA



Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

A década de 1990 se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 1980, criam organizações não-governamentais, (ALVAREZ, 1994, p. 272), as chamadas “ONGs feministas”, que passam a exercer de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Essa hegemonia das ONGs passou a ser uma preocupação para vários setores do movimento, impondo novos desafios e dilemas à militância.

Em 2000, a Articulação de Mulheres Brasileiras, tendo em vista a proximidade de Beijing+5, através de um esforço conjunto com outras entidades, realizou uma avaliação das ações governamentais implementadas no campo das políticas públicas para as mulheres, nos últimos 5 anos, em relação aos compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a IV Conferencia. Como resultado, o documento final aponta para a fragilidade dos mecanismos executivos criados (com pouco ou nenhum recurso financeiro, com um pequeno quadro de pessoal e quase sem nenhum poder dentro do Estado), os limites das políticas públicas implantadas, e a necessidade de manter a mobilização e pressão do movimento (ARTICULAÇÃO... 2000, 2004).

AÇÕES DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS CONTRA O PATRIARCALISMO NO ESTADO

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública

nepem
núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher
UFMG

30
anos

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- O LOBBY DO BATOM (1998)

No período da Assembleia Nacional Constituinte, conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, o CNDM conduziu a campanha nacional “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher” com o objetivo de articular as demandas das mulheres. Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas à sociedade civil e aos constituintes através da Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte. A partir daí, as mulheres invadiram (literalmente) o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas: patroas..., todas unidas na defesa da construção de uma legislação mais igualitária (COSTA, 1998, p. 117).

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o lobby do batom, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- A PREPARAÇÃO PARA BEIJING

No campo do Estado, essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. À revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer pela primeira vez na história do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. Para tanto, o MRE criou um grupo de trabalho com destacadas feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do informe e integrou dezenas de militantes através dos seminários temáticos de discussão, em que muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing por esse governo brasileiro, sem ressalvas, e em especial, a partir daí, houve uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal. Além desse avanço em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing representou para o movimento feminista brasileiro um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- PRESSÃO DAS MULHERES A PARTIR DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

No escopo do II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, em fins de janeiro de 2002, com a adesão de várias organizações e redes feministas. Entre março e maio daquele ano, foram realizadas Conferências Estaduais, mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma “... Plataforma Política Feminista dirigida à sociedade brasileira, visando o fortalecimento da democracia e a superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia” (Carta de Princípios). Em junho, foi realizada em Brasília a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras com a participação de 2.000 mulheres delegadas das conferências estaduais e representantes das redes nacionais.

- A PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA

A Plataforma Política Feminista foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa. A partir daí, a plataforma se transformou em um “... instrumento dos movimentos de mulheres para o diálogo, crítico e provocativo, para o confronto e para a negociação com outras forças políticas e sociais no Brasil” (ARTICULAÇÃO..., 2004) e passou a ser também o parâmetro norteador das lutas feministas.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- A CONSTRUÇÃO DA RESPOSTA ESTATAL BRASILEIRA AO MONITORAMENTO DA CEDAW

ONGs feministas, coordenadas pela AGENDE e CLADEM/Brasil desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, a CEDAW, pelo governo brasileiro, como parte da campanha mundial “Os direitos das mulheres não são facultativos”. Apesar de o artigo 18 da CEDAW determinar a obrigatoriedade dos países membros apresentarem relatórios periódicos a cada quatro anos, somente em novembro de 2002, o governo brasileiro apresentou seu primeiro relatório governamental contemplando as ações desenvolvidas nos últimos 20 anos no âmbito do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Atendendo a uma prática do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação da Mulher (Comitê CEDAW), o movimento, através de uma ação coordenada pelas duas ONGs, pontos focais da campanha no Brasil, envolvendo 13 redes nacionais que englobam e mais de 400 entidades, elabora o Relatório Alternativo.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- O CICLO DAS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Logo ao assumir o governo, em 2003, à revelia de toda a articulação e mobilização do movimento de mulheres, Lula não indicou, como se esperava, uma feminista para a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, agora com o status de Ministério. Para o cargo indicou uma senadora petista. Com pouco mais de um ano, a substituiu por uma professora universitária sem qualquer ligação com o movimento.

A partir a forte pressão do movimento de mulheres brasileiro, e como parte dele o movimento feminista, ocorreu positivamente a convocatória governamental, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para a realização da I Conferência Nacional de Políticas Publicas para Mulheres, em julho de 2004, com o objetivo de “propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres” (CONFERENCIA NACIONAL..., 2004a).

Porta salientar que o movimento esteve atento para os riscos de ser “instrumentalizado para efeito de uma participação meramente ilustrativa, com poucos resultados concretos sobre as definições do futuro plano” (ARTICULAÇÃO..., 2004a, p.). Para evitar e impedir essa instrumentalização, foi articulada toda uma estratégia de participação e intervenção, desde as conferências locais e estaduais, direcionada a garantir um maior número de delegadas vinculadas ao campo feminista e assim assegurar a incorporação das demandas contidas na Plataforma Política Feminista no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Desafios da Despatriarcalização do Estado brasileiro

- A CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (EM 2003)
- OS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Foram convocadas quatro CNPMs nos anos de, 2004, 2007, 2011 E 2016, sendo que cada uma destas Conferências debateu, discutiu PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

Foram elaborados TRÊS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – em 2004, 2007 e 2011

Tais Planos Nacionais produziram uma espécie de “efeito cascata” em estados e municípios.

- A LEI MARIA DA PENHA, promulgada em 2006;
- O PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES, DE 2007
- O reconhecimento da UNIÃO HOMOAFETIVA PELO STF e Resolução sobre CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO APROVADA pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2011 e 2014
- A PEC DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS, em 2013

O contexto é permeado de inúmeras contradições.

O patriarcado tem igualmente se transformado e, infelizmente, continua moldando as nossas instituições estatais, tratando de garantir e sustentar a inserção subordinada das mulheres nas distintas dimensões da esfera pública e, com isso, retardando e muito os avanços que as mesmas demandam e lutam .

Mas também é verdade, e espero ter demonstrado isso, que, se o Estado tem se tornado mais permeável às demandas feministas, a tradicional divisão sexual do trabalho, uma perene noção de família tradicional, os ataques ao exercício das liberdades sexuais das mulheres, assim como a manutenção de padrões que ainda sustentam a violência continuada contras as mulheres e as meninas seguem sendo uma constante nas nossas vidas, em quase todos os países da América Latina, e em alguns ainda mais que em outros.

Os avanços e conquistas empreendidos nos últimos quinze anos são inequívocos em meu entender.

Já é igualmente passível de identificação o surgimento de nova onda reversa, neoconservadora politicamente que, por sua vez, tenta refrear e estancar as mudanças.

O IMENSO DESAFIO de se tentar elaborar uma nova síntese feminista para com as relações entre as mulheres e o Estado, que deveria:

- (1) levar em conta a complexidade da relação existente entre Estado e sociedade/movimento de mulheres, para além da dicotomia “dentro/fora”;
- (2) analisar criticamente as traduções políticas que o Estado vem dando para as demandas feministas;
- (3) ser capaz de capturar as transformações do patriarcado no interior das estruturas estatais;

(4) relacionar, ainda que de modo tenso e contraditório, o patriarcado e o feminismo estatal, com o intuito de se compreender de que modo os MIMs buscam “despatriarcalizar” as estruturas estatais e qual o seu grau de sucesso;

(5) ponderar e elaborar participativamente e de modo coletivo a proposta de um sistema de responsabilização de gênero dentro das instâncias e poderes do estado – mais comitês, gts, conselhos etc. que monitorem efetivamente as ações dos três poderes; e

(6) levar em consideração as diferenças internas e das regiões de nosso país e, sobretudo, entre os diferentes grupos de mulheres dentro de um mesmo Estado nacional.

Além do mais, sabemos que a luta por mais direitos das mulheres que se realiza através de sua auto-organização e com o objetivo de transformação de sua realidade deve se refletir em uma luta que ultrapasse exclusivamente a luta por direitos no âmbito do Estado.

Ela deveria apontar, portanto, para a necessidade de destruição do modo de organização social vigente – o patriarcado – como condição de sua emancipação e libertação. Essa postura teórica tem como consequência política uma práxis transformadora de vários campos, incluindo a cultura, a sociedade, as ciências etc.

ONDE O PATRIARCADO NO ESTADO RESISTE ?????

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública

nepem
núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher
UFMG

30
anos